

# CIRCUITO DE FAVELAS POR DIREITOS

RELATÓRIO PARCIAL



**DEFENSORIA NO MERENDIBA**  
COMPLEXO DA PENHA

# SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
PARTE I :: ANTECEDENTES	4
METODOLOGIA	11
A REALIZAÇÃO DO CIRCUITO	15
PARTE II :: RESULTADO PARCIAL	19
MATRIZ DAS VIOLAÇÕES RECORRENTES	25
VIOLAÇÃO EM DOMICÍLIO	27
ABORDAGEM	32
LETALIDADE PROVOCADA PELO ESTADO	36
OPERAÇÃO POLICIAL	41
IMPACTOS	46

# ANTECEDENTES

## PARTE I

Ao ser decretada a **Intervenção Federal na Segurança Pública**<sup>1</sup> no Rio de Janeiro, a Defensoria Pública do Estado foi o primeiro órgão público a expressar publicamente seu receio em relação às circunstâncias desta medida extremada. Sua especial preocupação consistia no aprofundamento da militarização das políticas de segurança no estado e na potencial ampliação de práticas violadoras dos direitos dos moradores de favelas e periferias do Rio de Janeiro.

À época, a nota da **DPGE**<sup>2</sup> externava que “O combate ao crime não autoriza a prática, pelo Estado, de violações de direitos individuais, como prisões sem ordem judicial ou flagrância, invasões de domicílio ou os já anunciados mandados de busca e apreensão coletivos – medidas sem respaldo constitucional e que penalizam apenas a população pobre.”

**O compromisso assumido em fevereiro de 2018 foi traduzido em dez iniciativas através das quais a Defensoria do Estado do Rio de Janeiro – no exercício de sua atuação constitucional – aborda os efeitos da Intervenção Federal no Rio de Janeiro. São estas abaixo descritas.**

---

<sup>1</sup> Decreto 9.288 de 16 de fevereiro de 2018 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm)

<sup>2</sup> <http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/5580-Nota-Publica-DPRJ-se-manifesta-sobre-intervencao-federal>

1. Realização de Audiência Pública: 26/03/2018, auditório da DPU  
**FEITO**
2. Ingresso na Amicus curiae Atuação na Ação Direta de Inconstitucionalidade referente à Lei 13.491, que transfere os crimes cometidos pelas forças armadas contra civis para a responsabilidade da Justiça Militar **EM CURSO**
3. Elaboração de Cartilha: Segurança Cidadã **FEITO**
4. Circuito Favelas por Direitos **EM CURSO**
5. Apoio e acompanhamento de iniciativas da Sociedade Civil  
**EM CURSO**
6. Medidas legais nas instâncias Interamericanas **EM CURSO**
7. Condução da Ação Civil de interesse Público **EM CURSO**
8. Implementação do II Curso Garantias Legais, em territórios instáveis – Da Constituição a Intervenção 30 anos – **PROGRAMADO**
9. Desenvolvimento estratégico de atuação da Defensoria Pública em favelas- **PLANEJADO**
10. Fortalecimento de medidas desencarceradoras **EM CURSO**

Um conjunto destas iniciativas encontra-se sob liderança da Ouvidoria Geral da Defensoria do Rio de Janeiro e outras iniciativas a cargo do Núcleo de Direitos Humanos ou a cuidados da Coordenação Criminal, com primorosa contribuição da equipe de Custódia. Em todas prevalece a orientação de estreitar diálogos com órgãos estatais e organizações da sociedade civil com o intuito de fortalecer o cumprimento das garantias legais do conjunto da população.

O presente relatório se concentra em apresentar o “*Círculo Favelas por Direitos*<sup>3</sup>” e retratar o grave cenário ao qual estão submetidas as moradoras e moradores de favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, particularmente no respeito de seus direitos. As próximas páginas têm o desejo de servir de instrumento de mudança e recomposição da agenda pública no Rio de Janeiro onde pessoas e instituições são chamadas a conhecer os relatos e intervir por mais Direitos, Respeito e Empatia.

Até o momento foram 15 favelas percorridas, aproximadamente 170 pessoas envolvidas e mais de 25 instituições diretamente atuantes nas idas aos territórios. Algumas centenas de casos relatados (mais de 300) e sistematizados no presente relatório parcial.

---

<sup>3</sup> O “Círculo Favelas por Direitos” é uma iniciativa de um conjunto de órgãos do Estado e organizações da sociedade civil com o intuito de promover uma escuta qualificada e permanente - durante a Intervenção Federal na Segurança Pública - em favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro.



DEFENSORIA NO MERENDIBA  
THATIANA GURGEL





## MOTIVAÇÃO PARA AÇÃO

A desconexão entre o ordenamento jurídico do tratamento e reconhecimento de direitos às quais estão expostas cotidianamente as pessoas que moram ou frequentam as favelas são bastante anteriores à Intervenção Federal na Segurança Pública. Entretanto, a partir de seu decreto, são adicionados elementos potencializadores deste quadro, tais como: **1.** Ampliação do poderio bélico de confronto no território; **2.** Reforço do discurso de dominação do território; **3.** Insuficientes medidas de controle do uso excessivo e desnecessário da força e das armas de fogo<sup>4</sup>.

A partir deste cenário, o “Círculo Favelas por Direitos” se propõe, de forma inédita, a realizar uma escuta qualificada de moradores de favelas colhendo depoimentos de dinâmicas funcionais sistemáticas de práticas violadoras de direitos, dado que pouquíssimas dessas situações chegam aos órgãos responsáveis (delegacias, corregedorias ou ouvidorias), ficando assim invisíveis aos olhos públicos.

A presença semanal nas favelas ao longo dos últimos meses, por um grupo de organizações estatais e civis, nos permite acompanhar as evoluções e reações experimentadas diretamente nas favelas do Rio de Janeiro. Extrair do território relatos que reafirmam o tratamento legal diferenciado experimentados por moradores de favelas e aqueles viventes no conjunto da Cidade. A evidente disparidade no tratamento dentro e fora das favelas, notadamente por parte das forças de segurança, mostra que a cidadania é determinada por um conjunto de variáveis, entre elas o território. Realizar as visitas regulares nos permitiu a observação prática e a confirmação empírica desta percepção.

Os registros mostram os dissabores pelos quais passam moradores de favelas, espremidos entre a presença ostensiva de grupos criminosos fortemente armados e os abusos reiterados pelas forças de segurança no território. São relatos que expõem o cotidiano perverso de medo e

---

<sup>4</sup> Apesar de tratar-se de monitoramento da intervenção federal, as visitas às favelas abarcam relatos de abusos policiais, historicamente praticados pelas forças policiais do Rio de Janeiro.

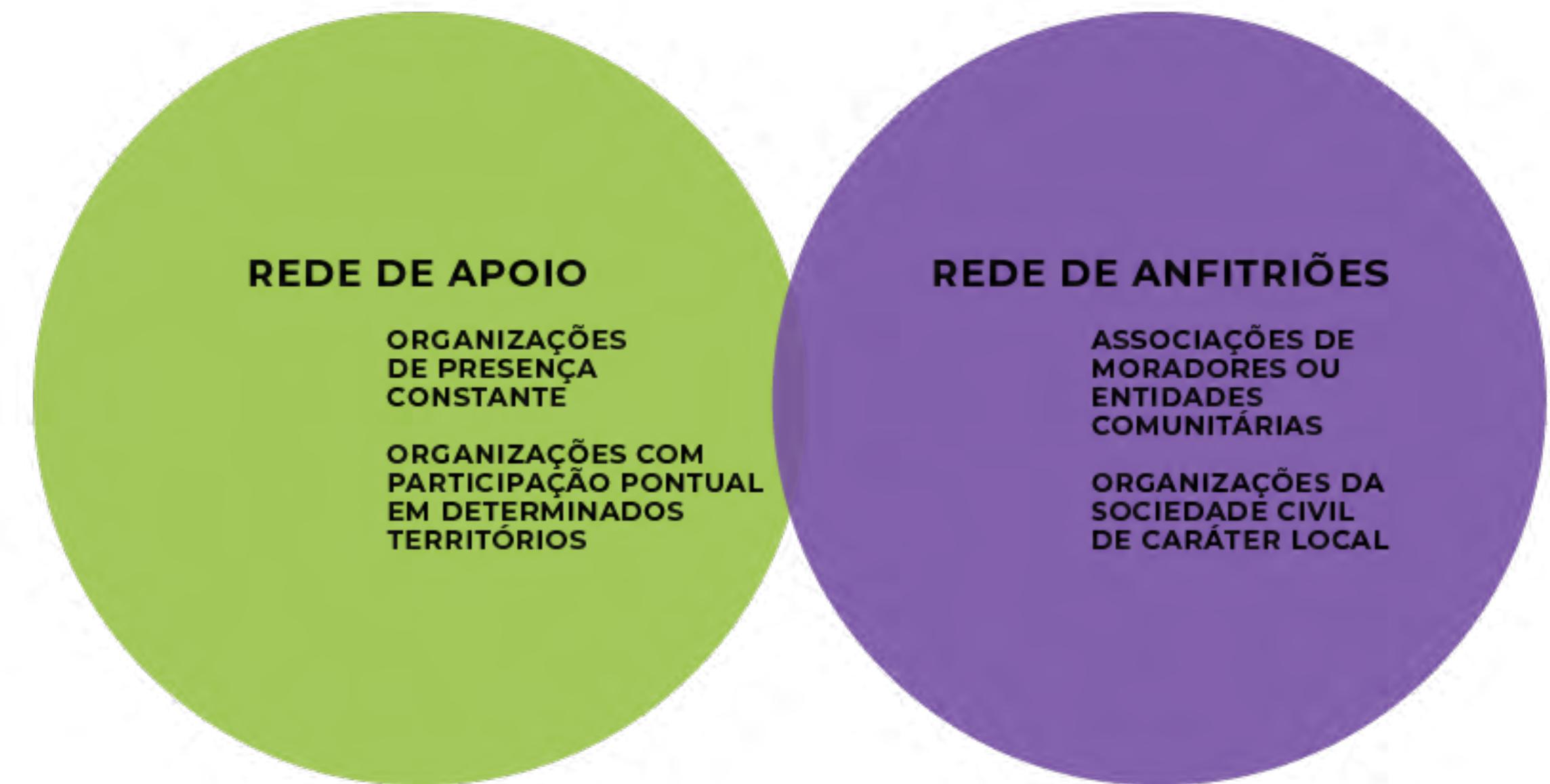
invisibilidade ao qual centenas de milhares de pessoas no Rio de Janeiro estão submetidas. O desalento e solidão são alguns dos sentimentos que saltam aos olhos, como bem ressaltou uma das Defensoras Pública que acompanha o Circuito: “O poste prestes a cair e a morte do neto segue a mesma fatalidade, em um sufocamento anestesiante e brutal”.

**OS ESFORÇOS DE ESCUTA QUALIFICADA INDICAM PRÁTICAS REPE-TIDAS POR AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA – E POR ISSO SISTE-MÁTICOS – ANCORADOS NO DESRESPEITO ABSOLUTO AOS PADRÕES NORMATIVOS VIGENTES, QUE DETERMINAM A QUEM SE ENCONTRA DENTRO DE UM CIRCUNSCRITO PERÍMETRO GEOGRÁFICO, A APLICA-ÇÃO DA LEI É DISTINTA DO CONJUNTO DA CIDADE.**

## METODOLOGIA

O “Círculo Favelas por Direitos” se caracteriza pela articulação de órgãos públicos e organizações da sociedade civil percorrendo territórios de favelas escutando e registrando os relatos de moradoras e moradores destas localidades a respeito das violações sofridas por agentes de Segurança do Estado.

Seguindo inspiração no modo de atuação do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, a iniciativa estabelece um modelo simples e ousado de operacionalidade. De um lado constituindo uma rede de apoio - composta por órgãos e entidades externas à favela que se dispõe a registrar os relatos - e de outro lado uma rede de anfitriões – associações e grupos comunitários que se dispõem a acolher a iniciativa no território. A rede de apoio pode ter presença constante ou pontual.



### A ESCOLHA DAS LOCALIDADES SEGUE DUAS REFERÊNCIAS:

1. caráter sistemático – em que são identificadas regiões historicamente mais afetadas pela violência de Estado; 2. casos de emergência – onde são priorizados ambientes com passagem recente de operação das forças de segurança.

A inserção da comunidade é estabelecida em comum acordo com moradores/instituições locais, onde são destacadas as características da localidade, reconhecendo assim as diferenças entre cada uma e suas possibilidades de acolhida.

O processo de escuta busca alcançar dois efeitos imediatos: 1. Promover a presença simbólica e expressiva de órgãos públicos e organizações sociais no interior das favelas, contribuindo para o rompimento da lógica imperante da invisibilidade, e estabelecendo conexões de solidariedade e empatia; 2. Sistematizar os relatos sobre violações escutados em insumo para revisitá-las políticas públicas de garantias de direitos, incidindo em organismos do Sistema de Justiça e Segurança Pública.

Um ponto relevante e explicitado aos moradores consiste no fato de serem recolhidos relatos e não denúncias. Isso significa que a escuta é centrada na descrição dos procedimentos repetidos e não na produção de provas ou apuração dos episódios especificamente narrados. A estratégia atende a dois propósitos: 1) Identificar padrões de atuação das forças de segurança e 2) Preservar os interlocutores e transferir para ambientes adequados e especializados o registro de denúncias específicas quando desejado pelas partes envolvidas. Nos casos de denúncias estes são encaminhados para o DEFEzap, a Comissão de Direitos Humanos da Alerj ou a Ouvidoria da Defensoria Pública do RJ, todos membros constantes do Circuito.

Esta questão tem rebatimento também na elaboração deste relatório parcial, onde locais e nomes são preservados, não sendo individualizados ou comparativamente quantificados. O resultante sistematizado, até o momento, traduz principalmente a repetição e operacionalidade das práticas abusivas de acordo com os relatos recebidos. Dezenas de casos individuais demandam apuração e eventual responsabilização mas, nesta rodada inicial, optamos em apresentar neste relatório uma visão conjunta do cenário e dos casos.

## ESTE DOCUMENTO SE ESTRUTURA NA COMBINAÇÃO DE TRÊS PREMIS- SAS PRINCIPAIS.

**1.** A escuta ser realizada na localidade onde os conflitos acontecem, o território é um elemento decisivo na compreensão dos fatos ocorridos, na compreensão da temperatura da tensão e na confiança dos moradores;

**2.** A dinâmica adotada consiste em escutar relatos narrados em primeira pessoa, cenas vivenciadas ou assistidas diretamente pelas centenas de interlocutores abordados. São relatos que expressam vivências e práticas repetidas em cada uma dos becos e vielas percorridas. Os interlocutores são ocasionais e os relatos espontâneos. **3.** Os registradores são pessoas externas, de distintos órgãos e instituições, com o intuito de reverberar as falas dos moradores, destacando a essência de suas mensagens, fazendo-os anônimos e protagonistas.

Os relatos reunidos podem ter sido gravados e posteriormente transcritos, os diretamente anotados pelos participantes do Circuito ou podem ser sínteses dos casos narrados pelos moradores.

Importante ainda ressaltar, não se tratar de uma pesquisa, com seus requintes metodológicos, mas de uma prática responsável de coleta e sistematização de informações que tradicionalmente não chegam de maneira sistematizada ao conhecimento público, dificultando atitudes direcionadas à sua superação.

Como resultante deste trabalho serão apresentadas sugestões e recomendações aos órgãos competentes com vistas a dar maior visibilidade e resolutividade às situações descritas neste material.

Por fim, o esforço metodológico inclui como elemento central o caráter pedagógico desta iniciativa para as instituições do poder público, organizações sociais, moradores de favelas, órgãos do Sistema de Segurança e Justiça.

Os procedimentos adotados preveem diálogos com os diversos setores e o forte compromisso com a agenda pública de transformação, que assegure a todos os moradores, de favela ou não, a condição de serem acolhidos dentro dos princípios estabelecidos no Estado Democrático de Direito. Nem mais, nem menos.

## A REALIZAÇÃO DO CIRCUITO

O circuito Favelas por Direitos inova o formato tradicional de atuação das organizações sociais e públicas, pois reconhece as imensas barreiras no acolhimento dos relatos das violações cotidianas em que estão submetidos os moradores de favelas e assume a tarefa de mover-se em direção aos territórios permitindo conhecendo e partilhando os dramas e potencialidades experimentadas pela população tradicionalmente exposta as violações de seus direitos fundamentais.

Cada circuito é composto por participantes oriundos de instituições de defesa de direitos (rede de apoio) em diálogo com atores locais (rede de anfitriões). Em regra, mobiliza-se um grupo de cerca de 15 e 25 pessoas que andam de maneira conjunta, distribuindo-se em duplas ou trios, pelas vielas, becos e comércio das favelas, sempre conduzidos por moradores locais.

As datas preferenciais da visita são segundas e sextas feiras, no período diurno, com vista a facilitar a presença de Defensores Públicos. As visitas são precedidas

de uma reunião de planejamento, no território, estabelecendo roteiro, horários e atividades a serem cumpridas. O planejamento e calendário, definido mensalmente, ficam a cargo da Ouvidoria da Defensoria Pública do RJ, que tem a tarefa de compartilhar esta ação entre as instituições participantes.

O circuito inicia com uma reunião de explication da proposta, apresentação dos participantes e com a escuta da expectativa dos moradores locais. Os anfitriões expõem um pouco do contexto e apresentam o percurso a ser cumprido.

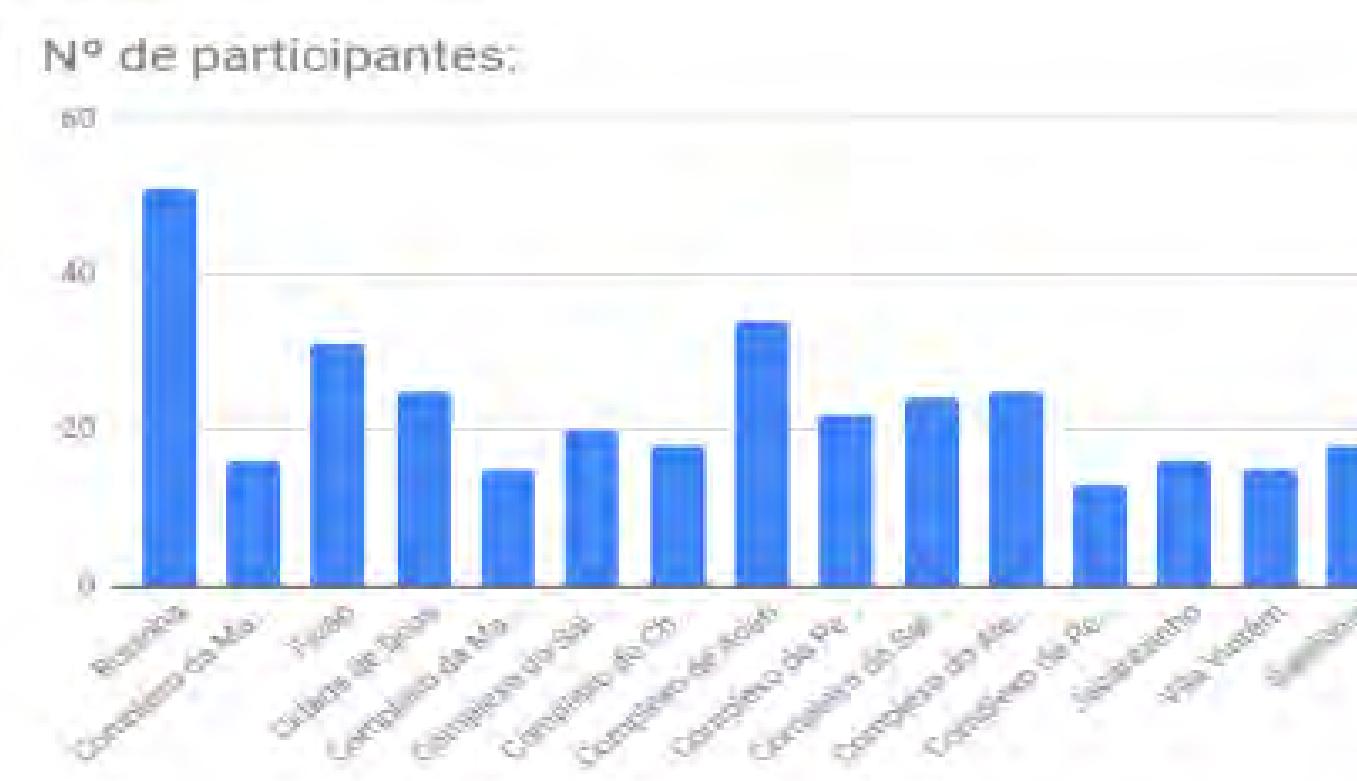
Durante o circuito, as instituições externas têm a responsabilidade de colher os relatos sobre violações presenciadas pelos próprios interlocutores. São narrativas testemunhais, preferencialmente reforçadas pela demonstração material das violações. Na descrição dos relatos estimula-se que sejam inseridos detalhes do contexto, mas preservados a identidade e território. A abordagem muitas vezes é estabelecida com a entrega da *cartilha*<sup>5</sup> e apresentação da presença externa no território, que já é evidente pela própria movimentação. As apresentações, não raro, são precedidas por uma “validação” pelo anfitrião do circuito.

---

<sup>5</sup> Cartilha elaborada de forma conjunta entre a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e a Defensoria Pública da União, discutida coletivamente com organizações da sociedade civil e da academia.

O percurso dura entre 2 e 3 horas e inclui os locais de maior movimento, comércio e regiões mais atingidas pelos confrontos armados. A dinâmica tem sido abordar moradoras e moradores em casa, ruas, becos ou vielas, recolhendo suas experiências, sempre doídas e abafadas pela descrença e absoluta ausência de confiança nas instituições.

#### PARTICIPANTES PRESENTES EM CADA UMA DAS IDAS DO CIRCUITO FAPELAS POR DIREITOS



#### INSTITUIÇÕES DE APOIO CONSTANTE:

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj  
Defensoria Pública da União  
Defensoria Pública do Estado RJ  
DEFEzap  
Federação de Favelas do RJ (Faferj)  
Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Luiza Mahin - FND  
Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro  
SubSecretaria de Estado dos DH

**INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DE PRESENÇA ESPECÍFICA:**

Brigadas Populares  
Casa Fluminense  
Coletivo Fala Acari  
Coletivo Papo Reto  
Comissão Popular da Verdade  
CSU (Salgueiro)  
Fogo Cruzado  
Fórum Grita Baixada  
Instituto de Estudos da Religião (ISER)  
Justiça Global  
Luta Pela Paz  
Mariana Crioula  
Movimento Popular de Favela  
Observatório da Intervenção  
Observatório de Favela  
Rede Contra a Violência  
Redes da Maré  
Renap

PARTE II

## RESULTADO PARCIAL

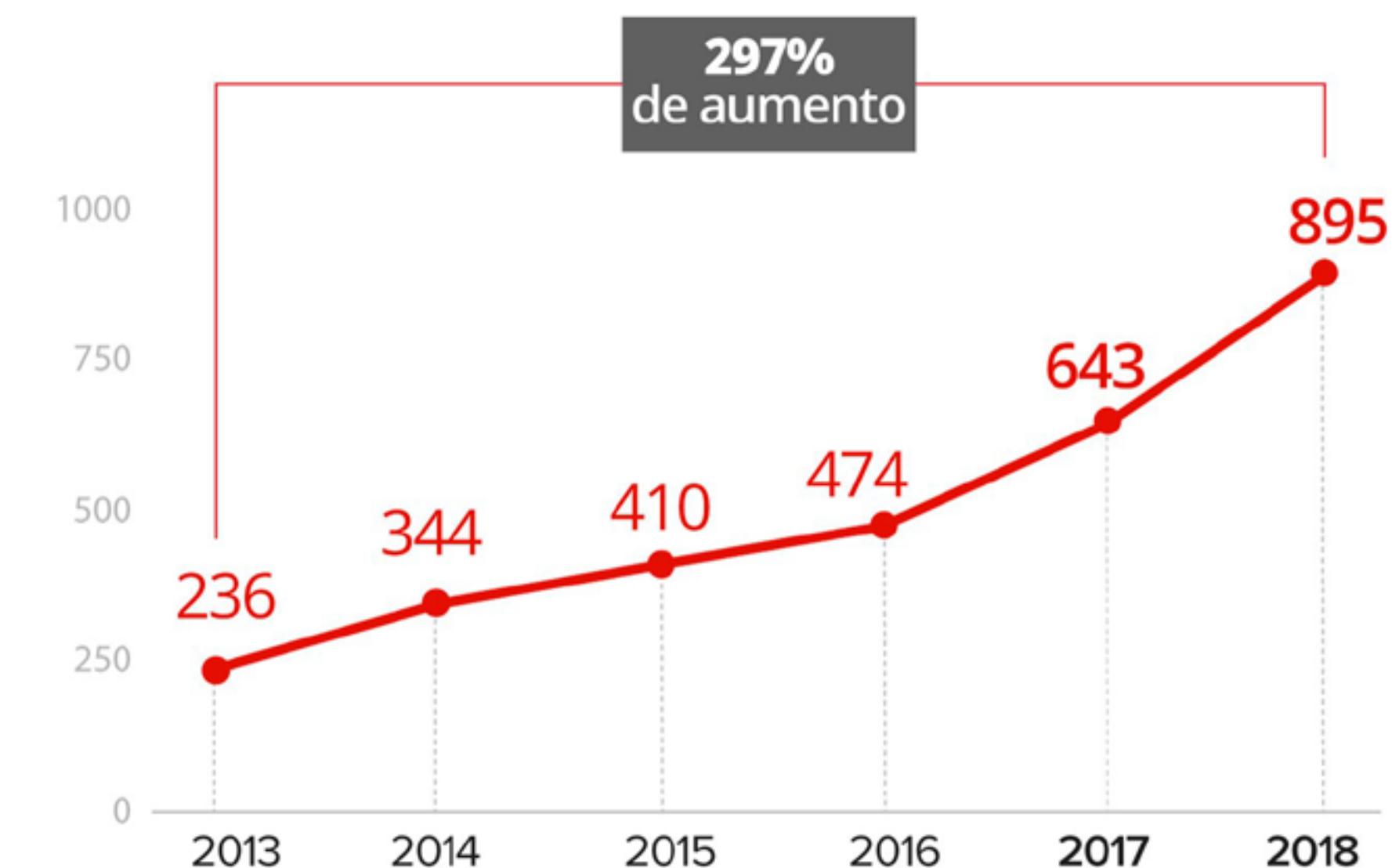
# RESULTADO PARCIAL

## PARTE II

Os primeiros 200 dias de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro registram resultados positivos de redução na ocorrência de crimes contra o patrimônio (roubo de carga e de automóveis), relevante para a economia da cidade metropolitana, mas se agudizaram os crimes contra a vida proveniente da atuação das forças de segurança, conforme mostra o gráfico ao lado:

### Mortes por intervenção policial no RJ

Entre janeiro e julho



Fonte: ISP



Infográfico elaborado em: 15/08/2018

Os números de homicídios e as chacinas tem ganhado visibilidade na imprensa com a divulgação de dados estatísticos e de casos específicos.

As outras violações de direitos que acontecem durante as operações de segurança não ganham a mesma visibilidade pública, apesar de serem numerosas e de representarem danos patrimoniais e sofrimento físico e emocional dos moradores de favelas e periferias, como indicam as centenas de depoimentos recolhidos nos circuitos realizados.

A ausência ou inobservância de protocolos e a reduzida oferta de canais de acolhimento emocional e apuração das violações, relega a população, já castigada pela precariedade dos serviços públicos, a esdrúxula condição de subcidadania; não apenas ao não dispor da proteção legal do Estado, mas por ser seguidamente violada por este.

Relatos espontâneos, reunidos de moradores de perfis distintos, sobre tudo mulheres jovens, com filhos pequenos, que ilustram o sentimento de desesperança e temor experimentado naqueles territórios. Na imensa maioria o sentimento de indignação prevalece, ainda que algumas delas

relativizem em razão de um ambiente de alta tensão, , há forte concordância a frase mencionada em uma escuta: “*isso não está certo. Eles têm que fazer o trabalho deles, mas não podem nos humilhar*”.

A fronteira entre o que assegura a lei e o que é praticado na favela pelos agentes da segurança pública, traz à tona falas controversas em relação ao reconhecimento das violações. Alguns casos, não raros, naturalizam as práticas e confundem os limites entre o ilegal e o permissível, como em casos de inviolabilidade das casas, revista em celular ou fotografar a identidade. São situações consideradas toleráveis por algumas pessoas, especialmente pelos mais antigos, e quando “*solicitado com educação*”.

A mesma ambivalência é percebida em relação a presença da Polícia ou do Exército. Os relatos reforçam o desejo da presença do Estado, inclusive das forças policiais, “*desde que não esculache o morador*”, mas destacam a necessidade do poder público estar “*representado*” por outros segmentos também, como mencionado por um morador “*Aqui falta tudo, falta luz, falta água, falta professor e médico; só não falta polícia*”.

Em praticamente todas as favelas percorridas até o momento, há referências aos plantões policiais mais violentos e abusivos que estabelecem padrões e intensificam o medo e as violações. Apesar da prática recorrente de condutas abusivas, os relatos colhidos indicam que há diferenças na atuação dos diferentes grupos de policiais. Alguns grupos de policiais, ou “plantões”, são identificados como sendo os mais violentos ou que mais agem ilegalmente.

Nos meses iniciais eram mais comuns os relatos de posturas cordiais e educadas por membros das forças armadas. Entretanto, esta fala foi sendo substituída pelo registro de que violações cometidas pelas Forças Armadas têm se intensificado – ao longo da Intervenção –, em repetição e brutalidade. O retrato caricato desta situação pode ser notado em duas descrições de um membro de uma órgão público, em maio: “Me chamou a atenção os fortes relatos de violência policial feitos pelas lideranças comunitárias e a defesa da atuação do Exército na comunidade, pois as lideranças sustentam que os militares não são agressivos, não invadem os imóveis, não xingam, nem atiram a esmo.” E mais recente em agosto de outra pessoa do nosso grupo de escuta após estar na favela. “o Exército

está barbarizando. Foram muitos relatos de revista de homens em mui- lheres e de militares invadindo a casa dos moradores”.

A atuação das Forças Armadas na Segurança Pública produz ainda um efeito perverso sobre seus quadros, em função de muitos morarem em favelas. Um relato emocionado da mãe de um militar sinaliza para novos tempos: “Meu filho que nasceu e cresceu aqui, fez a prova e conseguiu entrar no exército e agora ele vai ter que sair daqui porque ele corre risco, agora parte da favela entende que quem é do é exército como inimigo”.

Outro ponto sensível presente no conjunto das áreas visitadas diz respeito ao descontrole dos agentes de segurança, relatados por três razões principais: **A)** por exaustão, como chamou a atenção uma moradora “quanto mais avança a hora mais agressivos ficam”; **B)** por despreparo, segundo falas locais principalmente soldados do exército pelo fato de não estarem em suas funções habituais; **C)** por estresse emocional, demonstrado pelo consumo de remédios ou outras substâncias.

O público abordado nestes percursos é muitíssimo variado, embora

predominantemente feminino, e as violações se amplificam de acordo com as características das pessoas ou ambientes. A percepção dos moradores é, invariavelmente, de que os policiais e os militares os associam automaticamente a atividades criminosas, como no dizer de uma moradora: “Aqui eles tratam todo mundo como se fosse bandido, ou é mãe e pai de vagabundo, se é mulher nova é mulher de vagabundo, se é criança é filha de vagabundo. tem 99% de morador, de trabalhador, mas eles acham que todo mundo é bandido.”

A especificidade da violência contra as mulheres tem destaque durante a abordagem policial e está, inclusive, expressa na própria linguagem usada por policiais e militares. Em diferentes favelas as expressões se repetem, tais como: “Entra! Vai lavar uma roupa, vai lavar uma louça!” As violações contra mulheres e jovens invariavelmente são acompanhadas de xingamentos morais como “piranhas, lanchinho de bandido, etc.” Relatos de violência sexual apareceram de maneira repetida, mas, possivelmente, em menor expressão do que sua ocorrência real.

Outras formas de preconceito aparecem ainda fortemente na abordagem

dos agentes de segurança. O tratamento persecutório de cunho racista, pode ser potencializado se combinado ao uso de **linguística usual** (criminalização de gírias, festividades com música funk ou mesmo dependendo dos grupos de Whatsapp) ou pela **indumentária** (garotos jovens com cabelo pintado são chamados de bandidos, meninas de roupas curtas e decotadas são chamadas de piranha, jovens bem vestidos e com bons objetos são acusados de envolvimento com o tráfico ...).

No tocante a prisões e detenções, a marca deletéria são jovens negros, sem carteira de trabalho e reunidos em grupo. Os relatos de jovens levados a averiguação pela exclusiva condição de estarem na favela – em diferentes relatos dentro de casa – torna a referência de presunção de inocência inócuia para parcela da população do Rio de Janeiro.

Por outro lado, as pouquíssimas oportunidades de contato com policiais e militares, por parte da nossa equipe, revelaram as precárias condições de trabalho local, o sentimento de vulnerabilidade e limites da atuação profissional nestas circunstâncias.

Com o propósito de retratar de modo fidedigno as escutas realizadas nas

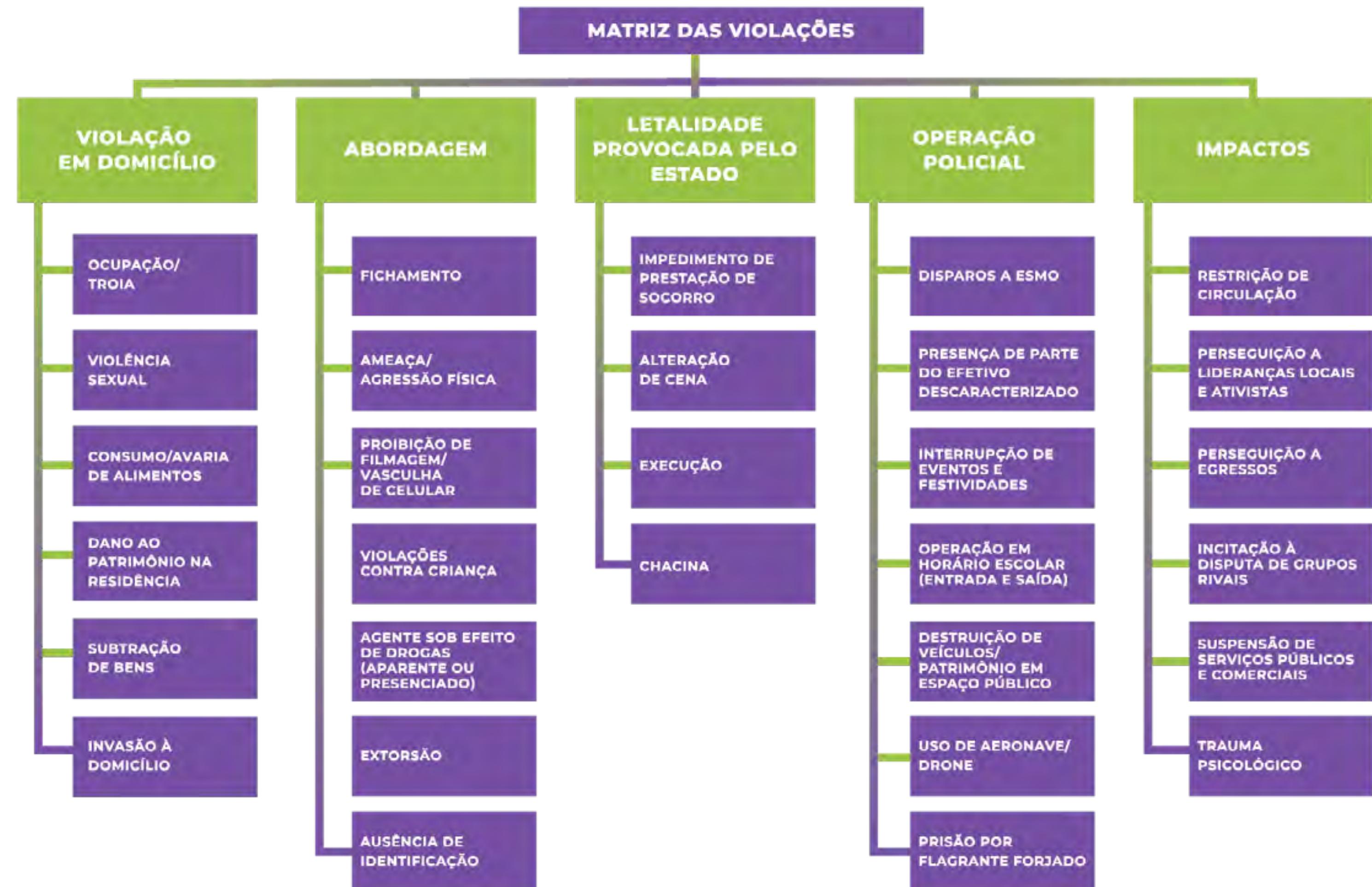
primeiras 15 visitas do circuito, foi elaborada uma **matriz de violações recorrentes** geradas pela atuação sistemática das forças de segurança – Forças Armadas e Polícias - em favelas da Região Metropolitana. No fluxograma apresentado são retratadas apenas as violações repetidas em, pelo menos, 80% (12 localidades) do conjunto das áreas percorridas.

Os relatos são singulares, pois incorporam o cenário em que foram realizados e os sentimentos das vítimas, mas são bastante regulares no que se referem as atitudes policiais. É bem provável que parte destas violações, mesmo sem estarem formalmente orientadas passam por uma “validação” oficial, como as práticas de fichamento ou revista a mochilas de crianças. Porém, diferentes casos, notam-se re-quintes de crueldade e violência, frutos de atitudes e iniciativas diretas de agentes

das forças de segurança, contando com a insuficiente e permissiva malha de controle das instituições internas e externas das atividades policiais.

Em ambos os casos, as informações contidas neste relatório parcial visam provocar as autoridades responsáveis a rever procedimentos padronizados que provocam o desrespeito de direitos, bem como aperfeiçoar os meios de controle da atividade policial.

## MATRIZ DAS VIOLAÇÕES RECORRENTES



## MATRIZ DAS VIOLAÇÕES RECORRENTES

A Matriz apresentada é decorrente dos relatos recolhidos nas favelas, e não o inverso. Este ponto é importante, pois a classificação foi elaborada a partir das informações recolhidas e sistematizadas que vão dando forma e consistência ao desenho matricial. A ausência de superposição pode geral algum desconforto e artificialidade em relação ao ordenamento legal, mas sua categorização atende fundamentalmente aos desejos expressos na fala e percepção dos moradores por conta das violações sofridas.

São cinco blocos que aglutinam 30 tipos de violações. Em quatro blocos são descritas ações resultantes diretas da prática policial em situações pontuais e repetidas, que podem acometer as pessoas ao acaso ou de forma intencional. O último bloco, como nome indica, aglutina consequências decorrentes das violações, em um ciclo vicioso de violações.

Dois pontos merecem comentários adicionais em função das discussões que precederam a composição atual. **1.** As violações não estão hierarquizadas em relação a gravidade ou repetição. Talvez seja possível fazer isso no futuro próximo, mas neste momento devem ser lidas de maneira sistêmica e permanente; **2.** Optamos por não definir um tipo de violação associado a tortura, mantendo sua leitura transversal e reconhecimento em distintas expressões nos relatos dos moradores.

O desenho proposto é ainda uma tratativa formulada para ajudar no debate e na identificação do cenário. Deve ser lida com a flexibilidade e crítica, pois definições mais ajustadas deverão vir de sua maior maturidade e apropriação coletiva.

## VIOLAÇÃO EM DOMICÍLIO

“A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial” (Constituição Federal, art. 5º, X). Certo? Não. Mesmo a inviolabilidade do domicílio sendo um direito consagrado no texto constitucional, ela não é respeitada em todos os territórios. Os moradores das favelas e periferias visitas no Circuito, relatam que a violação de domicílio é uma prática frequente dos agentes de segurança do Estado.

Desde operações chanceladas pelo controverso mandado de busca e apreensão coletivo, que abarca extensas localidades, até arrombamentos e outras práticas ilegais demonstram o frequente desrespeito ao direito à inviolabilidade do domicílio dos moradores de favelas do Rio de Janeiro. Os relatos também narram furtos e roubos cometidos por agentes após a entrada forçada em casas, assim como denunciam a ocorrência de dano ao patrimônio e o consumo e a avaria de alimentos em tais circunstâncias. Portanto, as denúncias sinalizam que a prática tende a desencadear outras violações de direitos.

A invasão de casas por policiais já foi discutida em audiência pública no ano de 2017, quando agentes da UPP de Nova Brasília, no Complexo do Alemão, haviam invadido casas para utilizar como [postos de observação](#)<sup>6</sup>. Na ocasião a Polícia Militar foi obrigada, por determinação judicial, a desocupar os locais. No entanto, os relatos dos moradores, sistematizados pela Ouvidoria, não apontam esse episódio como um caso isolado na atuação das forças de segurança.

A violação ao domicílio vulnerabiliza, principalmente, as mulheres, visto que tal contexto amplia o risco dessas de sofrerem violência sexual. Crianças e idosos também tendem a ser diretamente impactados nos casos de invasão de domicílio, pois, muitas vezes, são quem presencia a violação. Há relatos de moradores que se viram obrigados a se mudar para poder salvaguardar a sua integridade física e preservar os seus bens, após invasões. Por fim, torna-se fundamental a análise detida dos relatos, para compreender a situação de direitos humanos nas favelas e periferias do Estado durante a Intervenção Federal.

<sup>6</sup> Informação disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-abr-28/pm-rj-obrigada-deixar-casas-ocupou-complexo-alemao>. Acesso em 30 de agosto de 2018.

Srs. Policiais !

Favor não arrobarem  
as portas das casas,  
Pegar as chaves no  
Nº 3 em frente a vinda,  
procurar por      ou

OBRIGADO !

VIOLAÇÃO EM DOMICÍLIO					
INVASÃO A DOMICÍLIOS	SUBTRAÇÃO DE BENS (FURTO/ROUBO)	DANO AO PATRIMÔNIO NA RESIDÊNCIA	CONSUMO/AVARIA DE ALIMENTOS	VIOLÊNCIA SEXUAL (ESTUPRO/ASSÉDIO)	INVASÃO/TRÓIA
Foram feitos diversos relatos de invasão das casas por parte de agentes de segurança. Segundo moradores as violações de direitos se fazem mais presentes nas partes mais altas da favela porque as casas são mais espaçadas. Há relatos de furto de dinheiro de moradores dessa área por agentes de segurança. Moradores relataram que invasões de casas por policiais em busca de drogas e armas são comuns seja durante a noite ou durante o dia de forma truculenta e em ambientes cheios de crianças.	“O exército entrou aqui no bar e roubou o Xbox do meu filho, comeu nossa mercadoria, levou a bebida, foi mais de 4 mil de prejuízo. A gente trabalha pra ter esse pouco e eles fazem isso.”	“Eu tive meu portão arrumado diversas vezes. Agora eu coloco só uma correntinha porque não dá pra ficar consertando toda hora.”	Eles agentes do exército- eram pra proteger a gente, mas são um monte de moleque que não são fiscalizados. Entraram na barraca de madrugada tomaram guaravita, comeram fandangos e os salgados. O cara tinha máquina de caça níquel, eles pegaram todo o dinheiro das máquinas; a polícia usa a chave mestra, entra e você só vê quando tá lá, o exército arromba. No mercadinho pegaram whisky, cachaça e levaram entraram exército- na casa da vizinha e levaram várias coisas... aliança, relógio, dinheiro. aqui eles fazem farra muito antes desse negócio de intervenção...”	“Eles entraram numa casa que era ocupada pelo tráfico. Lá tinha dois garotos e três meninas. As meninas eram namoradas de traficantes. Era pra ser todo mundo preso, mas o que aconteceu é que os policiais ficaram horas na casa. estupraram as três meninas e espancaram os garotos. Isso não pode estar certo.”	Passamos por uma casa que está ocupada não oficialmente por policiais. Os moradores contaram que o terreno da casa já havia sido desapropriado, mas que os policiais aproveitaram que a casa estava vazia e invadiram, fazendo dali uma base não oficial. A partir desse momento eles passaram a ditar novas regras que os moradores da rua deveriam seguir: ex. não pode buzinar (a casa fica em uma curva sinuosa da rua, o que faz com que dirigir por ali sem buzinar seja, no mínimo, inseguro); ex. os moradores da região não podem ouvir música alto; e etc. Pudemos ver policiais na casa, em um primeiro momento eles estavam sem camisa, fingindo não serem parte da corporação, contudo, depois um policial fardado apareceu e xingou uma moradora, que também é uma liderança da comunidade, quando parte do grupo que realizava a visita já estava longe da casa.

VIOLAÇÃO EM DOMICÍLIO					
INVASÃO A DOMICÍLIOS	SUBTRAÇÃO DE BENS (FURTO/ROUBO)	DANO AO PATRIMÔNIO NA RESIDÊNCIA	CONSUMO/AVARIA DE ALIMENTOS	VIOLENCIA SEXUAL (ESTUPRO/ASSÉDIO)	INVASÃO/TRÓIA
Uma mulher disse: "eu acordei com os policiais e um cachorro já dentro da minha casa". Outra mulher disse que em um dia foi chamada em seu trabalho às pressas porque um policial teria entrado na casa onde apenas sua filha de 14 anos dormia, teria, trancado a porta e estava lá dentro com ela a interrogando. Dizendo que ela guardaria coisas pro namorado traficante e a obrigando a confessar culpa. Ela chegou lá e teve que bater pra que destrancasse a porta, a deixasse entrar pra ver o que se passava com sua filha e desmentir a acusação do policial.	A moradora me contou que o policial entrou em sua casa com a chave mestra, comeu sua comida, a ofendeu e ameaçou quando ela estava com sua filha no colo. Contou que por fim ele roubou seu celular. Tratava-se de uma casa muito pobre, com sério risco de desabamento, a moradora parecia estar em vulnerabilidade alimentar e tinha péssimas condições de vida.	A moradora relatou que além de ter sua casa invadida teve também suas coisas reviradas, roupas rasgadas, objetos e gavetas de armários quebradas e sua TV danificada.	Moradores relataram que tiveram suas casas invadidas e revistadas por agentes de forma violenta, que tiveram seus alimentos jogados fora por eles, que os mesmos pegaram seu dinheiro, que os xingaram e desrespeitam com frequência, que apanharam na frente de seus filhos e alguns com eles no colo. Que são constantemente ameaçados por agentes.	Uma adolescente relatou nos seguintes termos uma situação em que foi revistada com as amigas por policiais militares homens: "Ele vem revisar a gente, já gritando, chamando a gente de piranha, mulher de bandido, drogada. Vem empurrando e mexendo na gente. Eu sei que só mulher que pode revistar mulher, mas se nós não deixar leva tapa na cara"	Passamos por uma casa que está ocupada não oficialmente por policiais. Os moradores contaram que o terreno da casa já havia sido desapropriado, mas que os policiais aproveitaram que a casa estava vazia e invadiram, fazendo dali uma base não oficial. A partir desse momento eles passaram a ditar novas regras que os moradores da rua deveriam seguir: ex. não pode buzinar (a casa fica em uma curva sinuosa da rua, o que faz com que dirigir por ali sem buzinar seja, no mínimo, inseguro); ex. os moradores da região não podem ouvir música alto; e etc. Pudemos ver policiais na casa, em um primeiro momento eles estavam sem camisa, fingindo não serem parte da corporação, contudo, depois um policial fardado apareceu e xingou uma moradora, que também é uma liderança da comunidade, quando parte do grupo que realizava a visita já estava longe da casa.

VIOLAÇÃO EM DOMICÍLIO					
INVASÃO A DOMICÍLIOS	SUBTRAÇÃO DE BENS (FURTO/ROUBO)	DANO AO PATRIMÔNIO NA RESIDÊNCIA	CONSUMO/AVARIA DE ALIMENTOS	VIOLENCIA SEXUAL (ESTUPRO/ASSÉDIO)	INVASÃO/TRÓIA
Uma moradora informou que teve sua casa invadida e toda revirada por policiais em sua ausência. Afirmou ter ido ao batalhão para questionar sobre o motivo de ter acontecido e pra reclamar do arrombamento de seu portão e de toda a bagunça feita em sua casa. Tendo sido recebida de forma rude e ameaçadora, foi informada de que não havia nenhuma acusação contra ela, mas ainda assim teria sido feito a ela o seguinte questionamento “a senhora tem certeza que quer levar essa reclamação pra frente?”	Um casal relatou fez o seguinte relato: “Eles entraram na minha casa, ligaram o Ar-condicionado, comeram os danones dos meus filhos, levaram mil reais e ainda deixaram tudo revirado.”	Moradora relata que teve a casa invadida por soldados em uma das operações. O exército invadiu a sua casa e deu um chute nela porque ela queria impedir a invasão na sua casa. Disse ainda que teve os seus móveis quebrados. Além de xingamentos por parte dos soldados.	Uma mulher relatou que dois policiais entraram na sua casa. Segundo ela, um deles estava descontrolado, gritando e xingando e depois de revistarem tudo. Abriram sua geladeira levaram uma cartela de dano de seu filho, na panela pegaram com a mão coxas do frango que ela tinha cozinhado.	Uma jovem contou que o militar do exército a revistou na frente do namorado passando a mão nela de forma abusiva. Disse que quando questionou a prática foi respondida com xingamentos e com a seguinte fala: “se você fizer alguma coisa você vai presa por desacato, mas pra mim não pega nada porque eu sou autoridade”.	O morador relatou que mudou-se da casa própria em local mais vulnerável de uma das favelas após ter sua laje invadida e utilizada como local de concentração de policiais, que por vezes também entraram dentro da casa e alimentaram-se sem autorização.

### ABORDAGEM

As abordagens policiais consideradas nessa tipificação correspondem a um périplo pelo qual atravessam os moradores na interação com os agentes de segurança estatal. A dinâmica estabelecida no procedimento da abordagem é alterada de acordo com o perfil e o contexto onde esta é realizada. Ela pode ser combinada com grandes operações que contam com algum monitoramento e orientação, seguindo padrões regulares, ainda que abusivos. Porém podem ocorrer de maneira isolada, onde o risco de agressões e violências são maiores.

A abordagem tem um efeito negativo da, ao incorporar práticas irregulares em sua conduta, tais como: o fichamento, ausência de identificação (nominal ou alfa numérica) e a revista em mochilas de crianças. Em geral são procedimentos acatados pelos moradores de modo a evitar maiores tensionamentos. Estas práticas tendem também ter o aval das chefias hierárquicas, com a justificativa de aumentar o controle e proteção de policiais.

A variante fichamento se refere a situações nas quais os agentes fazem qualquer tipo de registro pessoal da pessoa abordada podendo ser fotografia da pessoa ou de seus documentos, ou mesmo anotação de seus dados. Essa prática coloca o morador em uma situação de medo e apreensão uma vez que ele não sabe o que será feito com as suas informações pessoais.

As agressões físicas e verbais foram relatadas em todas as idas às favelas realizadas pelo 'Círculo Favelas Por Direitos'. Moradores relatam que os policiais raramente não os abordam com gritos e palavrões. Quanto às agressões físicas a mais frequentemente relatada é o "tapa na cara". Tal prática se mostra mais comum com adolescentes, com moradores que questionam ou criticam abusos policiais e com pessoas que estejam utilizando ou portando dose individual de droga ilícita.

Outra violação que se repetiu nos relatos de abordagens policiais é a 'extorsão'. Essa variável apresenta os momentos em que agentes obtêm vantagens financeiras através de chantagens e ameaças se apossando ao final de bens ou dinheiro de moradores. Relatos que apontam tal prática aparece em grande parte das favelas visitadas e, segundo os moradores,

acontece com mais frequência com donos de estabelecimentos, ou mesmo com pessoas que exercem algum tipo de atividade irregular.

E a clássica nos dias atuais envolve a vasculha do celular que guarda uma diversidade de informações pessoais. Não existe instrumento jurídico que autorize agentes de segurança a acessar um celular durante uma abordagem. No entanto, essa prática foi relatada por diversas pessoas em diferentes favelas. Além de violar a privacidade dos moradores por vasculhar as mensagens e imagens contidas no aparelho, os dados são, por vezes, utilizados de forma preconceituosa por agentes como evidências para acusação de envolvimento com crimes. Outros moradores afirmaram que, contradicoratoriamente, quando tentavam gravar ações policiais eram impedidos e muitas vezes agredidos.

Por fim, mas não menos relevante, um fator preocupante em relação à abordagem é o fato de que os agentes de segurança apresentam descontrole emocional durante a abordagem, segundo relatos dos moradores.

**CRECHE MUNICIPAL  
VISCONDE DE SABUGOSA**



ABORDAGEM						
AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO	EXTORSÃO	AGENTES SOB EFEITO DE DROGAS (APARENTE/ PRESENCIADO)	VIOLAÇÃO CONTRA CRIANÇAS	PROIBIÇÃO DE FILMAGEM/VASCULHA DE CELULAR	AMEAÇA/ AGRESSÃO FÍSICA	FICHAMENTO
Uma moradora após relatar uma situação de violação e humilhação, que teriam sido provocadas por policiais, disse que nem seria possível denunciar porque eles não usam identificação. "Não tem como saber quem foi, nome ou patente" Além disso disse que as ameaças são frequentes e afirmou que "as pessoas não falam pra não correr o risco de acontecer coisa pior".	Eram muitos Agentes do exército-, uns 40, entraram na minha casa, quebraram minha TV, e pegaram os casacos e blusas de marca do meu marido. Mostraram uma mochila cheia de droga e disseram que tava lá em casa e se eu não desse dinheiro eu ia ser presa; (...) destruíram tudo quebraram mesmo, eu tava gravando pegaram e apagaram e ainda me ameaçaram"	"O Tico vem já cheio de pó nas ideias. Nem disfarça com aquele nariz dele entupido de pó. Parece o catiço de ruim. Solta tiro na direção de quem estiver olhando para a cara dele. Fica gritando com as mulheres chamando elas de putinha, comidinha de bandido"	Uma mulher, mãe de uma criança de 4 anos, fez o seguinte relato sobre a atuação do exército: "estava chegando com a minha filha de noite, ninguém na rua, ele o militar-veio e jogou spray de pimenta na minha cara."	Sobre os agentes de segurança uma mulher, moradora de uma parte mais distante dos acessos de uma favela afirmou: "Eu já tive dois celulares roubados por eles. Eles mandam tirar a senha. Olham as mensagens, os grupos e dependendo até levam mesmo."	O café da manhã do trabalhador que sai de madrugada às vezes é um tapa na cara.	Um jovem relatou que o policial tirou foto de sua identidade. Segundo ele ao perguntar ao policial a finalidade de tal ação foi informado de que era pra que pudessem ficar de olho nele.

ABORDAGEM						
AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO	EXTORSÃO	AGENTES SOB EFEITO DE DROGAS (APARENTE/ PRESENCIADO)	VIOLAÇÃO CONTRA CRIANÇAS	PROIBIÇÃO DE FILMAGEM/VASCULHA DE CELULAR	AMEAÇA/ AGRESSÃO FÍSICA	FICHAMENTO
"Desde que os militares do exército começaram a ocupar a favela nunca vi nenhum com nome escrito na roupa. Eles ainda usam máscaras e pintam o rosto, prontos pra guerra."	"Pra que isso? Qual o motivo deles virem na sexta e pegar o dinheiro para deixar o baile rola e no sábado chegar atirando? Só pode ser troca de plantão. Num é possível que sejam os mesmos policiais. Se for deve ser falta de comunicação entre eles"	"Ele ficar com uma garrafinha de guaraná e toda hora ficar colocando no nariz. Guarana não se bebe pelo nariz né dona?"	Funcionária de uma escola relatou um momento de operação policial: "eles entraram dentro da escola e ficaram daqui trocando tiro com bandidos. As crianças ficaram todas deitadas no chão, duas delas se urinaram. Pode olhar as marcas de tiro. A escola tá toda alvejada"	Eles estão criminalizando a nossa forma de falar. Temos grupos onde nós avisamos sobre os riscos de operação, a circulação dos policiais. E eles pegam nossos celulares, revistam e criminalizam nossa ação de proteção dizendo que somos informantes do tráfico e usam como prova a nossas gírias, nossa linguagem. A gente fala assim, a gente vive aqui.	Meu marido sai de casa por volta de 5:00, 5:20 da manhã. e hoje quando desceu pra trabalhar foi abordado, assaltado e humilhado pelo exército. Jogaram todas as coisas dele na rua e o único dinheiro que tinha pra poder almoçar hj os mesmos levaram. E quando falaram pra ele pegar as coisas dele que estavam no chão o agrediram com tapas, socos e chutes. Lembrando que meu marido é trabalhador e estava uniformizado e com documento que comprova tudo isso.	Uma mulher ao relatar sobre o momento em que o soldado do exército teria tentado entrar em sua residência. Contou que o militar a fez preencher uma folha com os campos 'CPF', RG e Nome completo. Contou também que o mesmo estava utilizando diversas folhas semelhantes na revista de várias casas em sua rua e que os moradores que questionavam a revistas eram avisados que se houvesse recusa até o fim do dia seriam expedido um mandado oficial obrigando-os a autorizar a revista.

### LETALIDADE PROVOCADA PELO ESTADO

As mortes decorrentes da atuação policial aumentaram desde que foi decretada a Intervenção Federal. Segundo o ISP<sup>7</sup>, entre fevereiro e julho de 2018, 736 pessoas foram mortas pela polícia no Estado do Rio de Janeiro. A escalada da letalidade policial decorre de uma política de segurança pública ancorada na lógica de guerra, fomentada por um significativo investimento de recursos em aparatos bélicos.

A atuação violenta da polícia nas favelas e periferias do Estado é marcada por um histórico de chacinas, execuções, alterações de cena, impedimentos de prestação de socorro, execuções fruto de armadilhas e outras violações de direitos humanos. Essas violações são traduzidas pelos relatos dos moradores e das moradoras que dialogam com a Ouvidoria Externa da Defensoria Pública no circuito de favelas.

---

<sup>7</sup> Dados até o dia 13 de agosto, disponível no Relatório do Observatório da Intervenção do CeSec em : [http://observatoriointervencao.com.br/wp-content/uploads/2018/08/Infografico05\\_observatorio\\_final\\_bx.pdf](http://observatoriointervencao.com.br/wp-content/uploads/2018/08/Infografico05_observatorio_final_bx.pdf).

É fundamental ressaltar que esse cenário de violações já foi denunciado internacionalmente diversas vezes. Em 2017, o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por não promover a justiça no caso *Nova Brasília*<sup>8</sup>, chacinas que ocorreram no Complexo do Alemão entre 1994 e 1995 e resultaram em 26 mortes e na prática de tortura e violência sexual contra três jovens. A letalidade policial atinge, principalmente, jovens negros, moradores das periferias e favelas: dos 1.127 mortos pela letalidade policial no ano de 2017, 97% eram homens, 77% entre pardos e negros e apenas 8% tinha entre 30 e 59 anos<sup>9</sup>. A violência, portanto, é a regra, e não a exceção do projeto de segurança pública em curso.

Durante as visitas do circuito, foram recorrentes os relatos de mães que tiveram seus filhos executados pela polícia, moradores narrando dias de intensos tiroteios, onde presenciaram membros das forças de segurança atirando a esmo, cadáveres enrolados em lençóis sendo atirados em

viaturas oficiais, casos de execuções a facadas e outras graves violações de direitos. Ainda que estatisticamente sejam em menor proporção, estes casos descrevem os extremos de crueldade e violência praticados no interior da favela.

Os policiais costumam caracterizar as mortes de civis como sendo legítima defesa, o que é articulado como uma justificativa para que sequer se investigue propriamente as circunstâncias do ocorrido. No mais, também não são contingentes os relatos de alteração de cena. Se torna, então, fundamental observar os relatos dos moradores dos territórios onde há maior incidência da letalidade policial para formularmos uma análise crítica do projeto de segurança pública posto, encaminhar as denúncias e reivindicar por justiça.

<sup>8</sup> Informações presentes no informativo da Anistia Internacional Brasil: <https://anistia.org.br/noticias/condenacao-na-corte-interamericana-expõe-grave-histórico-de-violência-policial-rio-de-janeiro/>. Acesso em 30 de agosto de 2018.

<sup>9</sup> Relatório do ISP. Informações disponíveis em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Letalidade.html>

LETALIDADE PROVOCADA PELO ESTADO			
CHACINA	EXECUÇÃO	ALTERAÇÃO DE CENA	IMPEDIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SOCORRO
Na última operação que teve aqui eles mataram quase 20 pessoas. Disseram que foi 8, mas é mentira. Sempre morre mais gente do que divulgam. Mataram os traficantes a facada depois deles ter se rendido. Por que não levam preso?	No meio da confusão com um monte de gente na rua. Os garotos rendidos e eles falando que iam matar. O policial pegou um que tava virado pra parede pelo cabelo. Botou ele no meio da rua atirou na cabeça dele na frente de todo mundo, olhou pra gente e perguntou se alguém ia falar alguma coisa. Esse policial mata mesmo e escuta todo mundo. Sempre ele que faz as piores coisas aqui.	Os corpos daqui são levados para Nova Iguaçu, Mesquita e sei lá para que lugar. Aqui não tem essa coisa de perícia não.	O menino era inocente, pegaram ele e bateram muito, a gente tentava explicar que ele não era envolvido, tentava acudir, mas eles jogaram granada pra gente sair. E em seguida mataram ele. A gente não viu, mas depois ficamos sabendo que plantaram arma pra dizer que ele era bandido. fazem isso direto.
“Da última vez que teve operação vieram aqui, mataram 4 garotos do tráfico. Mas tem fila pra entrar no lugar deles. O quê adiantou?”	Outra jovem disse Deram um tiro no braço do meu primo. Botaram ele no carro, espancaram e mataram asfixiado com o cadarço do coturno.	“Quando eles atingem a pessoa errada, eles implantam arma e droga na pessoa pra incriminar”	Ouvi diversos relatos de invasão de domicílio. Uma moradora, ainda em recuperação relatou que foi baleada dentro de casa, com fortes indícios de que o disparo foi feito por policiais que dificultaram o socorro dessa moradora. declarou que a polícia já havia entrado em sua casa em outra ocasião mais antiga. Ela teria chegado em casa e visto eles lá, sem saber como entraram. Por fim, mencionou que não quer procurar a justiça pois não acredita que haverá alguma solução e ainda teme por represálias.

LETALIDADE PROVOCADA PELO ESTADO			
CHACINA	EXECUÇÃO	ALTERAÇÃO DE CENA	IMPEDIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SOCORRO
Eles matam e levam o corpo pra longe. Da última vez que viram aqui mataram 3 e jogaram na viatura. Um deles ainda estava agonizando. Não deixam ninguém ajudar. Aí com os corpos na viatura pararam na esquina pra comer pastel. Todo mundo vendo os corpos.	"Aqui se levar o cara vivo com um tiro no braço e quando chegam no hospital o cara tá morto e com tiro na cabeça. Como pode isso?"	"Eles faziam assim a operação. Nao tem nada contra ele? Faz um manda-to pra ele. Por tráfico. Ou por homicídio... Implantam as coisas"	"Levaram o garoto com vida, mas os amigos sabiam que iam matá-lo foram tentar desenrolar pra deixar levar ele pro hospital, mas levaram spray de pimenta na cara. Qualquer coisa que vamos falar a gente leva spray na cara"

### OPERAÇÃO POLICIAL

A categoria “Operação Policial” surgiu a partir da necessidade de abranger os relatos de violações de direitos durante as incursões policiais. Em geral, estas operações caracterizadas por uma ação integrada de diferentes unidades ou corporações da Polícia Civil e/ou Militar e/ou das Forças Armadas com uma grande quantidade do efetivo ocupando o território de forma ostensiva e emprego de armamento pesado e mais elaborado como veículos blindados (“caveirões”), aeronaves (“caveirões aéreos”) e drones. Experiências anteriores e atuais com as GLO<sup>10</sup> incluem as Forças Armadas entre aquelas disponíveis para estas operações.

Essas ações policiais de cunho repressivo alteram por um ou vários dias o cotidiano das favelas e sua presença estabelece a combinação às outras categorias, como a invasão de domicílio para usar de base de apoio, perseguições aos moradores para obter informações e intensos tiroteios, constituindo ações letais provocadas pelo Estado.

---

<sup>10</sup> As chamadas GLO são as operações de Garantia de Lei e Ordem com a participação das Forças Armadas.

O uso de drones, usado sob alegação de planejamento, aparece em relatos que o associam a chacinas. Além disso, é um artifício que viola a privacidade dos moradores. Além do uso dos drones, os chamados “caveirões aéreos” foram mencionados como uma prática violadora de direitos humanos. Os moradores informaram que a própria presença do helicóptero em voo baixo e com os fuzis apontados para baixo já gera medo e, portanto, uma agressão psicológica.

Uma violação de direitos muito relatada foi o fato de que os agentes de segurança efetuam disparos a esmo, ou seja, não possuem um alvo legítimo e não usam a força letal apenas quando estritamente necessário. Essa prática denota um despreparo dos agentes para uma ação inteligente de combate à criminalidade, o que resulta em alto número de homicídios em decorrência da ação policial, lesões aparentes por conta de

perfurações de projétil e terror psicológico. É importante acrescentar que os horários das incursões policiais coincidem com o horário escolar, afe-  
tando principalmente crianças, adolescentes e mães.

A reiterada prática de abusos dos agentes de segurança exterioriza uma violência institucional que atinge principalmente os favelados, em sua grande maioria, pobres e negros. Além das já citadas violações, a pre-  
sença policial repressiva também interfere em eventos culturais, religio-  
sos e festivos das favelas, retratando um abuso de poder, representado  
pela variante “interrupção de eventos e festividades”.

OPERAÇÃO POLICIAL						
USO DE AERONAVE / DRONE	DESTRUÇÃO DE VEÍCULOS / PATRIMÔNIO NO ESPAÇO PÚBLICO	DISPAROS A ESMO	OPERAÇÃO EM HORÁRIO ESCOLAR (ENTRADA E SAÍDA)	INTERRUPÇÃO ABRUPTA DE EVENTOS E FESTIVIDADES	PRESENÇA DE PARTE DO EFETIVO DESCARACTERIZADO	PRISÕES POR FLAGRANTE FORJADO
Sobre o uso de drones, o morador de uma favela disse: "O drone fica passando devagarzinho quase na cabeça da gente direto", outro morador de uma favela distante também disse: "Todo dia agora tem drone aqui", em uma terceira favela a moradora informou que um assassinato feito por policiais à paisana ocorreu de forma muito rápida, ela disse que os policiais já foram exatamente onde estava o traficante, seu vizinho, e atribuiu isso ao fato de, nos dias que antecederam a ação, um drone ter acompanhado toda a dinâmica daquele espaço, incluindo a rotina de sua família em seu quintal, passando com frequência em diferentes horários e bem baixo.	"eles [exército] ficam fiscalizando as motos, aí se tem alguém que tá sem o documento certinho eles pegam, as vezes jogam no rio, às vezes ficam usando as motos de lá pra cá e depois a moto desaparece"	Um senhor aparentando ter 60 anos disse: "Como eles se comportam? Dando tiro. Eu tô com duas balas alojadas na perna. Há dois anos atrás entraram dando tiro pra tudo quanto é lado e pegou em mim."	As paredes da creche têm muitos furos de tiros e os relatos informaram que a hora de saída e de entrada das crianças das creches e escolas são os horários em que mais acontecem as operações policiais.	Eles entraram na igreja e disseram "Aqui hoje não vai ter culto nenhum. Todo mundo pra casa!"	Um morador informou que durante uma operação policial alguns agentes vieram em carro particular e à paisana. Essa operação teria culminado em uma chacina e após esse fato os traficantes proibiram a entrada de uber na comunidade.	"quando eles atingem a pessoa errada, eles implantam arma e droga na pessoa pra incriminar. Já soubemos que eles fizeram isso várias vezes aqui dentro da favela"

OPERAÇÃO POLICIAL						
USO DE AERONAVE / DRONE	DESTRUÇÃO DE VEÍCULOS / PATRIMÔNIO NO ESPAÇO PÚBLICO	DISPAROS A ESMO	OPERAÇÃO EM HORÁRIO ESCOLAR (ENTRADA E SAÍDA)	INTERRUPÇÃO ABRUPTA DE EVENTOS E FESTIVIDADES	PRESENÇA DE PARTE DO EFETIVO DESCARACTERIZADO	PRISÕES POR FLAGRANTE FORJADO
"Vocês estão vendo essas marcas? Tudo são tiros vindos do céu. Eles atiram de cima pra baixo e sai da frente. Até os policiais da UPP ficaram no meio do fogo vindo do céu e foi muito tiro. Olha esses buracos"	Foram relatadas invasões truculentas às casas e depredação de carros por policiais.	Alguns moradores disseram que constantemente agentes da UPP atiram próximo a eles com objetivo de aterrorizá-los.	Eles [agentes] entram sempre em horário de entrada e saída das crianças da escola	"Eles chegaram com o carro em alta velocidade e atirando. O pagode estava no começo, a banda foi contratada, a compra do material pra noite toda e acabou na mesma hora. Todo mundo saiu correndo, derrubando tudo. Acabou o pagode e eu fiquei no prejuízo."	"Segunda-feira eles [PM] vieram fazer operação e uma parte deles não tava nem com a farda. Nessa brincadeira eles mataram um menino do tráfico com um tiro na cabeça, ele não tinha nada, estava sem camisa e descalço."	Um morador contou que durante uma operação recente os policiais encontraram drogas escondidas na beira do rio e que pegaram um menino aleatório que estava passando e prenderam. Ele ficou preso de sexta a domingo só por passar pela área naquela hora. Contou que em defesa ao jovem foi realizado até abaixo assinado com mais de 200 assinaturas.

OPERAÇÃO POLICIAL						
USO DE AERONAVE / DRONE	DESTRUÇÃO DE VEÍCULOS / PATRIMÔNIO NO ESPAÇO PÚBLICO	DISPAROS A ESMO	OPERAÇÃO EM HORÁRIO ESCOLAR (ENTRADA E SAÍDA)	INTERRUPÇÃO ABRUPTA DE EVENTOS E FESTIVIDADES	PRESENÇA DE PARTE DO EFETIVO DESCARACTERIZADO	PRISÕES POR FLAGRANTE FORJADO
<p>“Quase todos os dias a gente acorda de manhã com o helicóptero em cima da gente, fazendo aquele barulhão. E eles vão e voltam, a gente fica o dia inteiro na angústia de que a qualquer momento vai acontecer tiroteio. Às vezes, tem e o helicóptero atira. A gente morre de medo porque daquela altura o tiro pode pegar em qualquer lugar.”</p>	<p>Uma mulher relatou que estava recebendo visitas que estacionaram o carro na frente da sua casa e que enquanto estavam lá dentro começou a operação com troca de tiros. Ouviram o carro sendo quebrado e saíram para ver o que acontecia. Nesse momento os policiais estavam quebrando os vidros e parte da frente da lataria já estava todo amassado. Contou que nesse momento disseram que o carro era deles. O policial teria afirmado que achava que o carro era de bandidos e saído sem nem se desculpar.</p>	<p>O que chamou a minha atenção foram as diferentes narrativas sobre como os policiais, dos carros blindados, dispararam do início das ruas largas até o fim das mesmas, atingindo diversas casas, carros ou quaisquer outras edificações próximas.</p>	<p>“Hoje o caveirão entrou às 12:20h, quando a rua estava cheia de mães e crianças. O caveirão só pára na frente da praça, onde tem a creche e a escola.”</p>	<p>“O menino aqui da rua fez 18 anos e decidiu fazer um churrasco na quadra para comemorar, durante a festa começou uma operação e todos correram para se abrigar. Esse menino pulou na casa da vizinha para se abrigar, os policiais viram e invadiram a casa atrás dele, chegando lá eles executaram o menino sem nem querer saber. Ele era inocente, nunca se envolveu com nada!”</p>		

**UMA ÚLTIMA VARIANTE IDENTIFICADA NOS RELATOS COLETADOS FOI PRESENÇA DE PARTE DO EFETIVO À PAISANA, O QUE CONFIGURA UMA DIFICULDADE NA IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA E UMA POSSÍVEL DENÚNCIA FORMAL.**

#### **IMPACTOS**

As cidades e bairros do Rio de Janeiro são intensamente impactados pela dinâmica de violência presentes no estado. Porém tais impactos são desigualmente distribuídos. No que concerne à ação policial cabe destacar que as favelas e periferias possuem um tratamento diferenciado que se reflete nos temas já tratados nas categorias anteriores. Embora não existam pesquisas que demonstrem de forma comparativa a incidência das violações apontadas pelo ‘Círculo Favelas Por Direitos’, a percepção geral é de que diversas violações só são comuns nas áreas com infraestruturas mais precárias. Sobretudo as operações policiais impõem aos moradores restrições e dificuldades diversas. Algumas delas, no entanto, aparecem com maior frequência nas falas de moradores das favelas percorridas pelo Círculo.

Durante as 15 visitas realizadas em favelas e periferias do Rio de Janeiro neste momento de intervenção federal, pode-se perceber e ver que os impactos das operações das polícias e do exército dentro destes espaços empobrecidos são enormes. Nas operações passaram a ser utilizados tanques de guerra, helicópteros do exército, além do uso já habitual dos carros blindados da polícia, os chamados ‘caveirões’ terrestres e aéreos.

Um dia de operação consegue modificar inteiramente o cotidiano dos moradores e moradoras de cada um destes locais. São escolas que não abrem, postos de saúde e clínicas da famílias que também não funcionam. Moradores e moradoras não conseguem sair de suas casas para irem ao trabalho, ao lazer ou aos seus compromissos. Ou Aqueles que estão fora ou que conseguem sair ficam preocupados com o que está ocorrendo dentro da sua favela, preocupado com a família, com a volta para casa, com os amigos e vizinhos que permaneceram no local. O ambiente de instabilidade e insegurança predomina.

Os tiros, o barulho dos veículos e blindados, dos helicópteros e dos caveiros trazem traumas cotidianos para as crianças e os adultos que moram nestes locais. Ou seja, o medo é algo constante na vida dos moradores durante a operação, como depois da operação. Foram muitos os relatos de traumas psicológicos relatados, fortemente em crianças, mas também em adultos e idosos.

Relatos apontam também que espaços públicos como praças, escolas, campos de futebol e até mesmo casas abandonadas são muitas vezes ocupadas

e transformadas em bases de concentração e confronto, colocando em risco os imóveis e pessoas ao redor. Outro aspecto que coloca a segurança de moradores em risco é a ação de agentes frente a dinâmica de disputas locais entre grupos criminosos. Moradores relatam que já foram interpelados por criminosos sobre a cooperação que aparentemente teriam dado a agentes por os terem recebido e conversado em suas casas ou comércios. Há também relatos de que agentes incitam a disputa local trazendo, membros, símbolos e informações de organizações criminosas rivais o que gera depois incursões criminosas, tiroteio, terror e mortes ao território.

A perseguição a lideranças locais e a egressos do sistema penal também mereceram destaque, por sua repetição e crueldade. A teia que enlaça estes personagens na violência e no radar das polícias é muito grave, pois mistura processos de intimidação, provocação e criminalização. São razões distintas, mas são públicos visados durante as operações policiais.

IMPACTOS					
TRAUMA PSICOLÓGICO	SUSPENSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO	INCITAÇÃO À DISPUTA DE GRUPOS RIVais	PERSEGUIÇÃO AO EGRESSO	PERSEGUIÇÃO A LIDERANÇAS LOCAIS E ATIVISTAS
Uma vez entraram lá em casa, gritando, xingando todo mundo, na minha filha adolescente deram um tapa na cara, meu filho chorou e correu e gritaram ele chamando de macaco. Ele ficou com trauma."	Moradores apontaram que a violência tem sido usada como justificativa para omissão estatal ou negação de prestação de serviços. Um dos problemas dessa natureza apontado por moradores foi o precário recolhimento do lixo, assim como o fechamento de postos de saúde. Ambos os serviços foram cortados.	O morador relatou que mudou-se da casa própria em local mais vulnerável de uma das favelas após ter sua laje invadida e utilizada como local de concentração de policiais, que por vezes também entraram dentro da casa e alimentaram-se sem autorização	"Os comerciantes ficam uma saia justa, pois eles chegam aqui no Bar e querem que a gente sirva eles. Eles vão embora e a gente ficar no meio, pois os caras acham que a gente ficar passando informação"	Um jovem egresso do sistema prisional afirmou que ex-detentos sofrem perseguição policial e relatou o que teria sido uma das situações em que teria sofrido violência policial: "Eu fui preso. Mas eu saí, tô pagando na condicional agora, mas quando a polícia vem eu corro porque se eles me parar sempre me esculacha por eu ter sido do sistema. Eles querem que a gente dê informação do tráfico. Da última vez falei que não sabia e olha aqui o que fizeram comigo mostrou marcas no braço e na perna que teriam sido provocadas por agressão policial-". Disse também que tem muito medo de ser incriminado por policiais porque isso teria acontecido com outros egressos na localidade onde mora.	Comovente também foi o relato de uma das lideranças comunitárias ao final da visita, quando os grupos se reuniram para a avaliação. Diversas dificuldades foram apontadas, mas ao que parece os laços de confiança com os moradores já estão fortalecidos, que lhes procuram para fazer relatos de violência policial. O enfrentamento e as denúncias da atuação ilegal dos policiais do BPM local deixam vulneráveis a vida e a integridade física dessas lideranças.

IMPACTOS					
TRAUMA PSICOLÓGICO	SUSPENSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO	INCITAÇÃO À DISPUTA DE GRUPOS RIVAIS	PERSEGUIÇÃO AO EGRESSO	PERSEGUIÇÃO A LIDERANÇAS LOCAIS E ATIVISTAS
“Mãe de uma criança de 5 anos disse: Se a minha filha ouve falar em polícia ela chora e urina. Ela morre de medo porque as vezes a gente tem que ficar deitado no chão esperando o tiroteio acabar.”	Alguns relatos informaram que, sob a justificativa de que se trata de uma área de risco, quando há óbito de moradores os bombeiros não retiram os corpos. A mesma justificativa impede o acesso a autorização para realização de atividades recreativas como eventos comunitários, bailes e festas.	“Estão tratando todos como criminosos, estão impedindo os nossos direitos de ir e vir, foram na escolinha dos meus filhos disseram para professora que criança de comunidade não tem o direito de estudar e não pode estudar, porque crianças de comunidade virão tudo bandidos, estão invadindo casas de moradores trabalhadores e quebrando tudo, estão com abuso de poder!”	Os moradores relatam que foram vistas pixações de outras facções criminosas em pontos de difícil acesso da comunidade, acreditam se tratar dos policiais que estimulam rivalidades e trazem outros grupos armados para o território para disputar e negociar poder.	Meu filho saiu da cadeia. Tá em casa com a pulseira. eles entraram lá em casa só pra maltratar. Disseram que iam matar ele. Mandaram eu calar a boca porque eu não tinha criado ele direito e agora tinha aguentar. Disseram que ele tinha envolvimento com o tráfico e isso não é verdade, ele fica o tempo todo em casa, já saiu dessa vida. Eles rasgam o papel de presídio, tiraram foto da identidade dele e disseram que vão voltar. Se a justiça tirou ele da cadeia, se colocaram meu filho em liberdade não é pra ele ser tratado assim e nem eu.	Os policiais me chamaram e me deram três tapas na cara. Só porque sabem que eu faço trabalho social. Porque eu denuncio.

IMPACTOS					
TRAUMA PSICOLÓGICO	SUSPENSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO	INCITAÇÃO À DISPUTA DE GRUPOS RIVAIS	PERSEGUIÇÃO AO EGRESSO	PERSEGUIÇÃO A LIDERANÇAS LOCAIS E ATIVISTAS
Uma senhora contou que teve um infarto no dia em que a polícia entrou no seu comércio e a fez de refém. Que desde então têm vários problemas de saúde. Disse que foi ofendida e tratada como cúmplice de bandidos. Contou também que depois dessa situação fechou a loja por medo e por impossibilidade de trabalhar.	"Tava tendo vacinação no posto e eles suspenderam. Mandaram fechar o posto."	"É período de férias e meus filhos têm que ficar preso dentro de casa porque a rua é perigosa demais. A polícia chega com a viatura desgovernada e já dando tiro pra se anunciar"	Algumas pessoas disseram que agentes obrigaram alguns moradores a jurar lealdade à facção rival a do território enquanto filmavam.		A ativista local disse que já cansou de ouvir: "Quem defende bandido tem que morrer igual bandido." Inclusive, ela, muito abalada, disse que precisou sair do lugar onde mora, porque ver o carro do BPM e fica com medo, mas que sua maior vontade é poder voltar a morar no lugar onde nasceu e tem seus familiares.

